

AGUALUSA, José Eduardo. *A rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo*. Rio de Janeiro: Foz, 2015. 236 p.



Em Angola, na primeira metade do século XVII, os reinos do Ndongo e da Matamba foram conduzidos por um rei um pouco diferente de seus antecessores: o rei, na verdade, era uma rainha, conhecida pelos europeus por rainha Ginga ou, depois de ter sido batizada na Igreja Católica, Dona Ana de Sousa. Mulher forte e corajosa, precisou tornar-se ainda mais forte e mais corajosa do que todos os homens, a fim de enfrentar o preconceito e a desconfiança dos europeus e de seus próprios súditos pelo fato de ela não pertencer ao sexo masculino, tradicional detentor do poder. Seu nome dá título ao último romance publicado por José Eduardo Agualusa, em 2015: *Rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo*, como a narrativa é nomeada, já indica de que lugar o autor partiu para contar a história dessa governadora – com certeza não a partir da Europa, e sim da própria África.

O novo livro do autor angolano pode ser identificado com outros já publicados por ele, como *A conjura*, de 1989, e *Nação crioula*, de 1997, todos fazendo parte de um grupo de romances históricos de Agualusa. Essas narrativas situam-se na Angola colonial e resgatam a história do país a partir de perspectivas diferentes e distantes das oficiais. *A conjura* retrata a primeira tentativa frustrada de independência organizada por naturais da terra e o segundo romance traz cartas assinadas por Fradique Mendes, personagem de Eça de Queirós que se transforma em narrador decepcionado com Portugal e com sua forma de comandar as posses territoriais na África depois de viver em Luanda.

É visível, nos três, o extenso trabalho de investigação da história do país para compor as narrativas, pois figuras, datas e acontecimentos históricos são resgatados, porém sempre misturados com ficção, que confere um colorido especial e prende a atenção do leitor. Em *A rainha Ginga*, podemos confirmar essa preocupação com as fontes ao final do volume, em uma seção chamada “Agradecimentos e Bibliografia”. Nela, Agualusa cita, por exemplo, os três volumes de *A história geral das guerras angolanas*, do português radicado em Angola António de Oliveira Cardonega, que, segundo o escritor angolano, “[...] já

me acompanham há tantos anos e tão úteis me têm sido” (AGUALUSA, 2015, p. 235)<sup>1</sup>.

Para contar a vida e as conquistas da rainha africana a partir de uma perspectiva diferente da oficial, Agualusa poderia ter escolhido a própria Ginga como narradora ou algum outro africano seu súdito. Não é isso o que o escritor faz: quem nos narra as peripécias da soberana é um padre a serviço da coroa portuguesa – e, com isso, poderíamos pensar que o autor angolano elege o ponto de vista dos europeus brancos, mas, novamente, o romance mostra-se mais complexo do que isso. Francisco José da Santa Cruz, o narrador de *A rainha Ginga*, é, na verdade, um brasileiro nascido em Olinda, filho de uma índia e de um mulato – por sua vez, filho de um comerciante branco com uma negra. Até mesmo a Ginga, para quem o homem passa a trabalhar como secretário e tradutor, estranha sua aparência, pois, como Francisco comenta, “[...] não via em mim semelhança nem com os portugueses vindos do reino, nem com dourados flamengos, ou mafulos, como em Angola são conhecidos, menos ainda com o gentio das diferentes nações do sertão” (p. 11). Após explicar sua ascendência, o padre conclui: “Sou a soma, por certo um tanto extravagante, de todos esses sangues inimigos” (p. 11).

Dessa forma, é possível afirmar que o narrador do romance de Agualusa não tem nação ou uma identidade muito bem delimitada, tendo, como herança, sangue de diversos povos – o que o transforma em um observador menos parcial: ele é capaz de enxergar os pontos positivos do reinado da Ginga e da personalidade da mulher por não ser um português extremamente crente da santidade da empreitada colonial e da primitividade dos negros; por outro lado, ele igualmente pode perceber aqueles aspectos negativos por não ser um africano e não estar preso às tradições. Na verdade, esse caráter múltiplo do narrador já é anunciado através das duas epígrafes escolhidas para o romance. A primeira consiste em uma lenda iorubá que diz o seguinte:

<sup>1</sup> A partir de agora, as referências ao romance *A rainha Ginga*, de Agualusa, serão indicadas apenas pelo número da página.



Quando as águas cobriram a Terra e depois nasceram as florestas, sete grandes pássaros, as nossas mães ancestrais, vieram voando desde o imenso além. Três desses pássaros pousaram na árvore do bem. Três pousaram na árvore do mal. O sétimo ficou voando de uma árvore para outra (p. 7).

É como se Francisco José da Santa Cruz fosse o sétimo pássaro, sem uma identidade, um lar, um ponto fixo no qual se acomodar, obrigado a transitar entre dois mundos distintos: o dos brancos europeus, para os quais inicialmente trabalha, e para os negros africanos. Depois, ainda há mais uma epígrafe: “A luz com que vês os outros é a mesma com que os outros te veem a ti” (p. 7). Esse provérbio nyaneka aponta para o fato de uma mesma pessoa ou acontecimento poderem ser vistos a partir de luzes diferentes – e é isso o que o romance tenta provar ao trazer inúmeros personagens, africanos, portugueses, holandeses, ciganos, brasileiros, e suas distintas opiniões, formas de encarar a realidade.

Além disso, o narrador não permanece o mesmo ao longo da história. No início, ele é um padre crente e certo de sua fé, da Igreja e da missão de levar luz, conhecimento e civilização para os selvagens do novo continente – continente que lhe dá medo pelo fato de ser desconhecido, misterioso. No dia de sua chegada, ele conversa com um brasileiro como ele, Domingos Vaz: “[...] Domingos Vaz narrou, com preciosa soma de detalhes, algumas das cerimônias e superstições gentílicas a que assistira. Senti, escutando-o, que estava entrando em pleno Inferno e enchi-me de terror” (p. 11). Não só os vocábulos “inferno” e “terror” apontam para o preconceito bastante comum na época, que colocava a África como um lugar onde habitariam seres horrendos, distantes de Deus e do caminho correto. Também a escolha pelo termo “superstições” para designar as crenças e ritos dos africanos evidencia o movimento no sentido de rebaixar e inferiorizar suas práticas e costumes. De um lado existiria a fé católica, uma crença legítima, elevada, positiva; de outro, as tradições dos negros, superstições diabólicas, ilegítimas e negativas, sendo necessário, dessa forma, convertê-los e tirá-los do pecado. A colonização seria, portanto, uma prática visando o bem dos colonizados.

Contudo, nesse mesmo trecho, no qual Francisco relata sua conversa com Domingos Vaz, o narrador continua:

Tantos anos decorridos, olhando sobre os meus débeis ombros para o alvoroço do passado, sei não serem tais práticas mais diabólicas do que tantas outras de que eu mesmo fui testemunha no seio da Igreja Católica. Violências, injustiças, infundáveis iniquidades, que a mim se me afiguram ainda mais torpes do que as cometidas pelos ímpios, pois se aqueles ignoram Deus, os cristãos erram em nome Dele (p. 12).

Como se percebe por esse trecho e outros mais, o narrador, no momento da escrita, já é um senhor com bastante idade, relembando sua jornada desde os tempos da juventude, visto que ele chega na África com vinte e um anos. Por isso, ele é capaz de julgar e relativizar seus sentimentos de uma época passada. A verdade, entretanto, é que ele chega ao continente certo da superioridade da Igreja Católica e da sua missão civilizatória.

O convívio com a rainha Ginga e com os africanos; a paixão do padre por Muxima, uma mulher negra; a decepção com os portugueses e, em especial, com os religiosos, preocupados com o número de escravos capturados e com as possibilidades de lucro, “encontrando-se ali mais na condição de comerciantes da pobre humanidade do que na de pastores de almas” (p. 21): tudo isso levou Francisco a se distanciar de sua antiga identidade e a se aproximar e a se identificar com a África. Seu encontro com a Ginga teve, para ele, o sentido de um afastamento da Igreja: “Outra coisa não fiz o resto da minha vida, que já vai tão longe e desordenada, senão fugir da Igreja” (p. 22). E, depois de um confronto entre portugueses e africanos e do seu posicionamento em favor dos últimos, ele passa a inimigo e traidor de Portugal, tendo sua imagem em papelão sido simbolicamente queimada na fogueira do Santo Ofício.

Em *A rainha Ginga* nada é o que parece ou o que se espera. Descrevendo essa guerra que lhe transforma em inimigo dos portugueses, o narrador apresenta a aparente confusão entre os dois lados inimigos:

Quão imprevisto e surpreendente é o destino! Ali estavam milhares de soldados pretos combatendo em nome de um remoto rei espanhol, enquanto do lado dos africanos se destacava aquele homem de Évora, e alguns outros como ele, brancos ou quase brancos, que haviam buscado fortuna em terras da Ginga, trocando espingardas e munições, além de tecidos, missangas e outros objetos vilíssimos, que não servem senão para efeminar os espíritos, por escravos e marfim (p. 57).

Branco combatendo pelos africanos e negros combatendo pelos portugueses, que, por sua vez, combatiam pela coroa espanhola – nada é tão simples e nítido como muitas vezes pensamos e, talvez, apenas um narrador que já esteve dos dois lados poderia dar conta dessa complexidade.

Complexa também é a personagem cujo nome dá o título ao romance. A rainha Ginga é uma mulher negra, logo duplamente estigmatizada: por ser mulher, gênero considerado inferior ao masculino em muitos aspectos, tanto na cultura europeia quanto na africana; por sua condição de negra, raça igualmente colocada como abaixo da branca. Isso explica um personagem português ao narrador, muito surpreso com a inteligência da soberana:

“É coisa sobrenatural, disse-me, a fluência com que ela fala. No juízo dele, a inteligência, quando manifesta numa mulher, e para mais numa mulher de cor preta, de tão inaudita, deveria ser considerada inspiração do maligno” (p. 33).

Sendo assim, a necessidade de autoafirmação da rainha Ginga, quando assume o poder, é igualmente duplicada. Ela precisa ser duplamente ardilosa, como quando, supostamente, mata o irmão e o sobrinho, a fim de assumir o trono, mas ninguém consegue provar a suspeita. Ela precisa ser duplamente enfurecida, como quando é recebida pelo governador português em Luanda, que lhe oferece uma almofada para sentar. Esse gesto é seguido pelo da rainha forçando uma escrava a se ajoelhar e sentando em cima da mulher, como se ela fosse um banco. Ela precisa ser duplamente homem, vestindo-se como tal quando vai para a guerra, coagindo todos os seus súditos a lhe chamarem de “rei”, e não de “rainha”, e mantendo uma espécie de harém, homens escolhidos por ela para serem seus amantes e obrigados a passarem seus dias vestidos de mulher. Ela precisa ser duplamente poderosa e, por isso, pede para ser batizada na Igreja Católica, ganhando o nome de Ana de Souza, a fim de se tornar capaz de transitar pelos dois mundos e aproveitar o melhor de cada um para conquistar mais povos, pessoas, terras.

A Rainha Ginga, como foi falado, dá título ao romance e esse inicia com o momento no qual o narrador conhece a soberana. Isso pode levar o leitor a concluir que a africana seria o foco da história e sua personalidade, o centro da discussão. Apesar disso, a personagem fica um pouco esquecida em alguns momentos do romance – como igualmente ficou nesta resenha, sendo referida apenas ao final, o que, de certa maneira, é um reflexo de como o romance se constrói e organiza. Quando o padre Francisco vai para Recife negociar com os holandeses, que haviam tomado a cidade, por exemplo, ele permanece no Brasil por alguns anos – e por vários capítulos. Durante essa e outras partes da narração, Ginga não aparece, sendo apenas citada breve e raramente. Além disso, apesar da

identidade complexa da rainha – africana, mas convertida; mulher, mas soberana, mas guerreira, mas política, mas homem – não há uma humanização da figura histórica. O leitor conhece Ginga, sua força e seus feitos; faltam, porém, as inquietações, o medo, os amores, as angústias, as fraquezas, os sonhos. A rainha é mais alguém de quem o padre fala e de quem comenta as proezas, do que uma personagem que vive, ri, chora.

Em determinado trecho, porém, o narrador cita uma frase do livro *Tratado em louvor das mulheres*, escrito pelo médico e naturalista português Cristóvão da Costa: “Quanto mais matéria têm as formas menos têm de perfeição, e quanto mais apartadas da matéria, tanto mais perfeitas são” (p. 89). E a perfeição, para a Ginga como a conhecemos através de Aqualusa e de seu romance, seria o poder e a força totais. Também em relação aos jagas, grupo de guerreiros africanos com o qual a rainha alia-se, Francisco cita os inúmeros rumores acerca de crueldades supostamente cometidas por esses homens – rumores que, apesar de o padre não ter sido capaz de confirmar a partir da convivência, os próprios jagas não desmentiam, pois o mito em torno deles aumentava o medo dos inimigos e, conseqüentemente, a força dos jagas ao combatê-los. Ao final do romance, o padre ainda sentencia: “Ali, naquele breve instante, enquanto o sol recuperava o fôlego, [a rainha Ginga] parecia imune a tudo, inclusive ao próprio tempo” (p. 219) – reforçando o caráter mítico da personagem, que parecia ser imortal como os deuses. Assim, a falta de aprofundamento da personalidade da soberana contribui para a continuação da lenda ao redor da sua figura. O conhecimento, por outro lado, levaria à imperfeição e à desconstrução do mito – o que a vaidosa e orgulhosa africana com certeza não teria desejado.

LUARA PINTO MINUZZI

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Recebido: 23 de março de 2016

Aprovado: 25 de maio de 2016

Contato: [luarapm@gmail.com](mailto:luarapm@gmail.com)